



Demonstrações Financeiras Individuais
Preparadas de Acordo com Práticas
Contábeis Adotadas no Brasil - Aplicáveis
às Instituições Financeiras

Banco Original do Agronegócio S.A.

30 de junho de 2018

ÍNDICE	Pág.
Relatório da Administração	1
Relatório do Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras	3
Demonstrações Financeiras	
Balanço Patrimonial	5
Demonstração do Resultado	7
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	8
Demonstração dos Fluxos de Caixa	9
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras	
Nota 1 . Contexto Operacional	10
Nota 2 . Apresentação e Elaboração das Demonstrações Financeiras	10
Nota 3 . Principais Práticas Contábeis	10
Nota 4 . Caixa e Equivalentes de Caixa	12
Nota 5 . Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	12
Nota 6 . Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	13
Nota 7 . Relações Interfinanceiras	15
Nota 8 . Carteira de Crédito e Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	15
Nota 9 . Outros Créditos	16
Nota 10 . Participações em Coligadas e Controladas	18
Nota 11 . Imobilizado de Uso	18
Nota 12 . Intangível	19
Nota 13 . Captação de Recursos e Obrigações por Repasses	19
Nota 14 . Outras Obrigações	19
Nota 15 . Ativos e Passivos Contingentes e Provisões	20
Nota 16 . Patrimônio Líquido	20
Nota 17 . Limites Operacionais	21
Nota 18 . Partes Relacionadas	21
Nota 19 . Receitas de Prestação de Serviços e Tarifas	22
Nota 20 . Despesas de Pessoal	22
Nota 21 . Outras Despesas Administrativas	22
Nota 22 . Despesas Tributárias	22
Nota 23 . Outras Receitas Operacionais	23
Nota 24 . Outras Despesas Operacionais	23
Nota 25 . Imposto de Renda e Contribuição Social (Corrente e Diferido)	23
Nota 26 . Estrutura de Gerenciamento de Risco	23
Nota 27 . Outras Informações	24
Nota 28 . Acordo de Colaboração de Executivos e Ex-Executivos e de Leniência da JBS S.A. e J&F Investimentos	25

Senhores Acionistas, Clientes e Colaboradores:

Apresentamos as demonstrações financeiras do Banco Original do Agronegócio S.A. (Banco), acompanhadas das respectivas notas explicativas, referentes ao primeiro semestre findo em 30 de junho de 2018, elaboradas de acordo com a Lei das Sociedades por Ações, com observância das normas estabelecidas pelo Banco Central do Brasil (BACEN) e Conselho Monetário Nacional (CMN) e do modelo do documento previsto no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (Cosif).

Este relatório, as demonstrações financeiras e suas notas explicativas estão apresentados em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma.

● Desempenho nos Negócios

1. Resultados

Em 30 de junho de 2018, o Banco apresentou lucro líquido de R\$ 674, contra um lucro de R\$ 259 apresentado no primeiro semestre de 2017.

2. Ativos

O total de ativos atingiu R\$ 143.943 (30/06/2017 - R\$ 132.115), representado principalmente por:

Descrição	30/06/2018	30/06/2017
Aplicações Interfinanceiras	110.700	77.140
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	25.496	37.321
Carteira de Créditos e Outros Créditos com Característica de Operação de Crédito	48	13.651

A carteira de crédito ao término do semestre atingiu R\$ 48, o saldo da provisão para créditos de liquidação duvidosa é de R\$ 48, correspondente a 100% da carteira total. No primeiro semestre de 2017 correspondia a R\$ 13.651 e R\$ 9.853, respectivamente, constituída em conformidade com a Resolução CMN nº 2.682/99.

3. Patrimônio Líquido

O Patrimônio Líquido atingiu, ao final do semestre, o montante de R\$ 132.439 (30/06/2017 - R\$ 124.241), composto da seguinte maneira:

Descrição	30/06/2018	30/06/2017
Capital Social	109.123	109.123
Ajustes de Avaliação Patrimonial	327	238
Reservas de Lucros	22.989	14.880

● Mudança no Controle acionário

Em 16 de novembro de 2017 foi publicada no Diário Oficial da União a mudança do controle acionário do Banco.

O Sr. José Batista Sobrinho (diretamente) e o Sr. José Batista Sobrinho Junior (através da holding JBJ Agropecuária Ltda) passaram a deter o controle da instituição, com respectivamente 25,000002% e 25,000002% do capital da J&F Participações S.A, holding financeira detentora de 100% das ações do banco.

A J&F Investimentos, que anteriormente detinha 100% de participação no capital do Banco, continua como acionista, mas passou a ter 49,999996%.

● Agência de Rating

Agência	Escala Nacional		Escala Global	
	Curto prazo	Longo prazo	Curto prazo	Longo prazo
Fitch Ratings ⁽¹⁾	F2 (bra)	BBB (bra)	B	B+

(1) Junho 2018

● Governança Corporativa

1. Gerenciamento de Riscos e Controles

O Banco preza por uma estrutura organizacional que permite controle tempestivo, independente e assertivo, suportado por processos de identificação, mensuração, avaliação, monitoramento, reporte, controle e mitigação dos diversos riscos incorridos em virtude de suas atividades, mantendo-se sempre em linha com as melhores práticas de mercado e atendendo às regulações pertinentes.

Ponto fundamental da estrutura de gerenciamento de risco é a segregação de atividades entre as áreas de negócios e as áreas de controle, evitando conflitos de interesses e garantindo a independência dos administradores. Por sua vez, os processos operacionais têm como núcleo duas vertentes igualmente relevantes: o envolvimento de todas as áreas quando da implantação e comercialização de um novo produto ou serviço, e a independência na mensuração e reporte de riscos por essas áreas em processos já implantados.

O Banco qualifica e gerencia seus potenciais riscos nas seguintes classes:

Risco de Crédito: possibilidade de ocorrência de perdas financeiras associadas ao não cumprimento pela contraparte de suas respectivas obrigações nos termos pactuados, integral ou parcialmente, sempre observando proativamente não só o desempenho e perspectivas dos negócios do cliente como também o valor das garantias agregadas.

Risco de Mercado: possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos preços de mercado de posições detidas, inclusive as eventuais perdas decorrentes do tamanho da posição diante da liquidez dos mercados durante processos de liquidação.

Risco de Liquidez: possibilidade de a Instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações financeiras esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive aquelas decorrentes da vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

Risco Operacional: possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de reflexos advindos de eventos externos.

Gestão de Capital: é o processo contínuo de monitoramento e controle do capital necessário para fazer face aos riscos a que o Banco está sujeito perante a seus objetivos estratégicos, refletidos em suas metas.

● Ouvidoria

A estrutura de Ouvidoria do Banco atende plenamente aos requisitos definidos pela legislação vigente, disponibilizando aos seus clientes canal de acesso dedicado com divulgação através de ampla rede de pontos e materiais de comunicação. A Instituição mantém sua Ouvidoria como um instrumento de suma importância no relacionamento com seus clientes e compromete-se em auxiliá-la no cumprimento de sua missão.

Nos primeiros semestres de 2018 e 2017 não houve aberturas de demandas na ouvidoria direcionadas ao Banco Original do Agronegócio.

● Relacionamento com os Auditores

De acordo com a Resolução CMN nº 3.198/2004, informamos que durante o ano os Auditores Independentes prestaram exclusivamente os serviços de auditoria externa para os quais foram contratados, não realizando nenhum outro serviço que eventualmente pudesse criar conflitos de interesses, perda de independência ou objetividade em relação aos trabalhos de auditoria.

Nesta oportunidade agradecemos aos nossos clientes e parceiros pela confiança depositada e aos nossos colaboradores pelo comprometimento na obtenção dos resultados apresentados.

São Paulo, 22 de agosto de 2018.

Diretoria
Contador
Carlos de Souza Valentim
CRC- RJ 049674/O-4TC

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas do
Banco Original do Agronegócio S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Banco Original do Agronegócio S.A. (“Banco”), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2018, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Original do Agronegócio S.A. em 30 de junho de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase – Investigação J&F Investimentos S.A.

Chamamos a atenção para a nota explicativa 28 às demonstrações financeiras do Banco, que descreve sobre o Acordo de colaboração premiada de executivos e ex-executivos e de Leniência da JBS S.A. e J&F Investimentos S.A., esta atual acionista indireta do Banco, bem como sobre o processo de investigação conduzido, sob responsabilidade do Comitê de Supervisão Independente e previsto no acordo de leniência, em relação a J&F Investimentos, controladas e coligadas. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade do Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 22 de agosto de 2018

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Marco Antonio Pontieri
Contador CRC 1SP153569/O-0

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

	Nota	30/06/2018	30/06/2017
Ativo Circulante		121.311	104.278
Disponibilidades	4	220	84
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	5	110.700	77.140
Aplicações no Mercado Aberto		-	77.140
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros		110.700	-
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	6	9.063	21.663
Carteira Própria		9.063	17.203
Vinculados à Prestação de Garantias		-	4.460
Relações Interdependências		-	3
Transferências Internas de Recursos		-	3
Relações Interfinanceiras	7	4	27
Créditos Vinculados:		4	27
Depósitos no Banco Central		3	25
Pagamentos e Recebimentos a Liquidar		1	2
Operações de Crédito		-	1.288
Setor Privado	8.a	48	5.110
(Provisão para Operações de Créditos de Liquidação Duvidosa)	8.e	(48)	(3.822)
Outros Créditos	9	1.269	4.033
Créditos Tributários	9.a.1	427	3.511
Diversos	9.c	842	522
Outros Valores e Bens	9.d	55	40
Despesas Antecipadas		55	40
Ativo Realizável a Longo Prazo		22.324	27.373
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	6	16.433	15.658
Carteira Própria		7.247	15.658
Vinculados a Compromissos de Recompra		7.871	-
Vinculados à Prestação de Garantias		1.315	-
Operações de Crédito		-	2.510
Setor Privado	8.a	-	8.541
(Provisão para Operações de Créditos de Liquidação Duvidosa)	8.e	-	(6.031)
Outros Créditos	9	5.891	9.205
Créditos Tributários	9.a.1	5.891	9.205
Permanente		308	464
Investimentos	10	100	100
Participações em Coligadas e Controladas:		100	100
No País		100	100
Imobilizado de Uso	11	171	277
Outras Imobilizações de Uso		1.475	1.475
(Depreciação Acumulada)		(1.304)	(1.198)
Intangível	12	37	87
Ativos Intangíveis		447	447
(Amortização Acumulada)		(410)	(360)
Total do Ativo		143.943	132.115

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Passivo Circulante		9.158	5.422
Depósitos	13.a	292	257
Depósitos à Vista		20	257
Depósitos a Prazo		272	-
Captações no Mercado Aberto		7.806	-
Carteira Própria		7.806	-
Relações Interfinanceiras	7	-	3
Recebimentos e Pagamentos a Liquidar		-	3
Relações Interdependências		-	3
Transferências Internas de Recursos		-	3
Outras Obrigações		1.060	5.159
Sociais e Estatutárias		-	3.910
Fiscais e Previdenciárias	14.a	741	957
Diversas	14.b	319	292
Passivo Exigível a Longo Prazo		2.346	2.452
Depósitos	13.a	-	252
Depósitos a Prazo		-	252
Outras Obrigações		2.346	2.200
Diversas	14.b	2.346	2.200
Patrimônio Líquido		132.439	124.241
Capital Social:		109.123	109.123
De Domiciliados no País	16.a	109.123	109.123
Reservas de Lucros	16.d	22.989	14.880
Ajustes de Avaliação Patrimonial	16.b	327	238
Total do Passivo		143.943	132.115

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

	Nota	01/01 a 30/06/2018	01/01 a 30/06/2017
Receitas de Intermediação Financeira		3.851	1.099
Resultado de Operações de Crédito	8.f	1	1.670
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	6.a.3	3.850	(571)
Despesas da Intermediação Financeira		(14)	(25)
Operações de Captação no Mercado	13.a.2	(14)	(25)
Resultado Bruto da Intermediação Financeira Antes da Provisão Para Créditos de Liquidação Duvidosa		3.837	1.074
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	8.e	247	575
Resultado da Intermediação Financeira Líquida da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa		4.084	1.649
Outras Receitas (Despesas) Operacionais		(2.918)	(4.666)
Receitas de Prestação de Serviços e Tarifas	19	1	17
Despesas de Pessoal	20	(16)	(97)
Outras Despesas Administrativas	21	(2.598)	(4.630)
Despesas Tributárias	22	(181)	(30)
Outras Receitas Operacionais	23	30	74
Outras Despesas Operacionais	24	(154)	-
Resultado Operacional		1.166	(3.017)
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro e Participações		1.166	(3.017)
Imposto de Renda e Contribuição Social	25	(495)	3.289
Provisão para Imposto de Renda		(211)	-
Provisão para Contribuição Social		(185)	-
Ativo Fiscal Diferido		(99)	3.289
Participação nos Lucros		3	(13)
Lucro Líquido do Semestre		<u>674</u>	<u>259</u>
Juros Sobre Capital Próprio		-	(4.600)
Lucro Líquido por Ação - em (100.000.000) Ações		0,0067	0,0026

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BANCO ORIGINAL DO AGRONEGÓCIO S.A.
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

	Nota	Capital Social	Reserva Legal	Reserva Estatutária	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Lucros/(Prejuízos) Acumulados	Total
Saldos em 31 de Dezembro de 2016		109.123	2.856	16.365	85	-	128.429
Ajustes de Avaliação Patrimonial		-	-	-	153	-	153
Lucro líquido do semestre		-	-	-	-	259	259
Destinações:							
Constituição reserva legal/Estatutária		-	13	-	-	(13)	-
Reversão Reserva Legal/Estatutária		-	-	(4.354)	-	4.354	-
Juros sobre Capital Próprio		-	-	-	-	(4.600)	(4.600)
Saldos em 30 de junho de 2017		109.123	2.869	12.011	238	-	124.241
Mutações do semestre		-	13	(4.354)	153	-	(4.188)
Saldos em 31 de dezembro de 2017		109.123	3.468	18.847	463	-	131.901
Ajustes de Avaliação Patrimonial	16.b	-	-	-	(136)	-	(136)
Lucro líquido do semestre		-	-	-	-	674	674
Destinações:							
Constituição reserva legal/Estatutária	16.d	-	34	640	-	(674)	-
Saldos em 30 de junho de 2018		109.123	3.502	19.487	327	-	132.439
Mutações do semestre		-	34	640	(136)	-	538

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

	Nota	30/06/2018	30/06/2017
Atividades Operacionais			
Lucro Líquido do Semestre		674	259
Ajustes ao Lucro Líquido do Semestre		343	(3.819)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	8.e	(247)	(575)
Depreciações e Amortizações	21	68	95
Ajuste a Valor de Mercado		498	-
Tributos Diferidos		76	(3.289)
Provisão para Processos Judiciais, Administrativos e Outros		(21)	(63)
Provisão de Participações no Lucro		(3)	13
Demais ajustes no semestre/exercício		(9)	-
Atualização de Impostos a Compensar		(19)	-
Lucro Líquido Ajustado do Semestre		1.017	(3.560)
Variações em Ativos e Passivos			
Redução (Aumento) em Títulos e Valores Mobiliários e Derivativos		20.465	(4.130)
Varição Líquida em Outras Relações Interfinanceiras e Interdependências		12.954	(663)
Redução (Aumento) em Operações de Crédito		10	10
Redução (Aumento) em Outros Créditos		247	1.370
Redução (Aumento) em Outros Valores e Bens		(87)	4.065
Aumento (Redução) em Depósitos		(52)	(40)
Aumento (Redução) em Captações no Mercado Aberto		(55)	(4.051)
Aumento (Redução) em Outras Obrigações		7.806	-
Caixa Líquido Originado (Aplicado) em Atividades Operacionais		(358)	(4.821)
		21.482	(7.690)
Atividades de Investimento			
Aquisição/Baixa/Transferência de Imobilizado de Uso		-	117
Caixa Líquido Originado (Aplicado) em Atividades de Investimento		-	117
Atividades de Financiamento			
Juros sobre o Capital Próprio pagos		(7.773)	-
Caixa Líquido Originado (Aplicado) em Atividades de Financiamento		(7.773)	-
Aumento/ (Redução) Líquido do Caixa e Equivalentes de Caixa		13.709	(7.573)
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Semestre		97.211	84.797
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Semestre	4	110.920	77.224
Aumento/ (Redução) Líquido do Caixa e Equivalentes de Caixa		13.709	(7.573)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

1. Contexto Operacional

O Banco Original do Agronegócio S.A. ("Banco") é uma instituição financeira autorizada pelo Banco Central do Brasil (BACEN) a operar sob a forma de banco múltiplo, através de carteira comercial, de financiamento e investimento, de crédito imobiliário e rural, operações compromissadas e mercado de câmbio, constituído na forma de sociedade anônima, sediado na Rua General Furtado do Nascimento, nº 66 - Alto de Pinheiros - São Paulo - SP.

2. Apresentação e Elaboração das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas em consonância com as diretrizes contábeis estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, Lei nº 6.404/1976, com observância das normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), do BACEN, apresentadas em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (Cosif).

Na elaboração das demonstrações financeiras foram utilizadas premissas e estimativas para determinação e contabilização dos valores ativos e passivos. Dessa forma, quando da efetiva liquidação financeira desses ativos e passivos, os resultados auferidos poderão vir a ser diferentes dos estimados. Entretanto, a Administração revisa periodicamente essas premissas e estimativas e é de opinião que não deverão existir diferenças significativas.

Estas demonstrações financeiras e suas notas explicativas estão apresentadas em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma.

As demonstrações financeiras do semestre findo em 30 de junho de 2018 foram aprovadas pela Administração na reunião realizada em 22 de agosto de 2018 e serão divulgadas, no endereço eletrônico www.original.com.br.

3. Principais Práticas Contábeis

As principais práticas contábeis são assim resumidas:

a) Apuração do Resultado

As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, observando-se o critério *pro rata* dia para as de natureza financeira, incluindo os efeitos das variações monetárias e cambiais computados sobre ativos e passivos indexados.

b) Apresentação das Demonstrações dos Fluxos de Caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa são preparadas pelo método indireto, conforme premissas estabelecidas no CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa, aprovado pela Resolução CMN nº 3.604/2008.

c) Caixa e Equivalentes de Caixa

Instrumentos de gerenciamento de caixa representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira e aplicações interfinanceiras e títulos de valores mobiliários, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresente risco insignificante de mudança de valor justo.

d) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas pelo valor de aplicação ou aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço e ajustadas por provisão para perda, quando aplicável.

e) Títulos e Valores Mobiliários

De acordo com a Circular Bacen nº 3.068/2001, os títulos e valores mobiliários integrantes da carteira são classificados em três categorias distintas, conforme intenção da Administração, atendendo aos seguintes critérios de contabilização:

- Títulos para negociação - Adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. São contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos e ajustados ao valor de mercado, com os ganhos e perdas não realizados reconhecidos no resultado. Conforme Circular do Bacen nº 3.068/2011 os títulos são registrados no Ativo Circulante independentemente de sua data de vencimento.
- Títulos disponíveis para venda - Adquiridos com o propósito de não serem frequentemente negociados. São contabilizados pelo custo de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos, os quais são reconhecidos no resultado, e ajustados pelo valor de mercado. Os ganhos e perdas não realizados, líquidos dos efeitos tributários, decorrentes das variações no valor de mercado, são reconhecidos em conta destacada do patrimônio líquido sob o título de "Ajustes de avaliação patrimonial", e esses ganhos e perdas, quando realizados, serão reconhecidos na data de negociação na demonstração do resultado, em contrapartida de conta específica do patrimônio líquido; e
- Títulos mantidos até o vencimento - Adquiridos com a intenção e a capacidade financeira para serem mantidos até o vencimento. São contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos, os quais são reconhecidos no resultado.

A reavaliação quanto à classificação dos títulos e valores mobiliários, somente poderá ser efetuada por ocasião da elaboração dos balanços semestrais.

I - Na hipótese de transferência da categoria títulos para negociação para as demais categorias, não será admitido o estorno dos valores já computados no resultado decorrentes de ganhos ou perdas não realizados;

II - Na hipótese de transferência da categoria títulos disponíveis para venda, os ganhos e perdas não realizados, registrados como componente destacado no patrimônio líquido, devem ser reconhecidos no resultado do período;

III - Na hipótese de transferência da categoria títulos mantidos até o vencimento para as demais categorias, os ganhos e perdas não realizados devem ser reconhecidos.

Em 30 de junho de 2018 e 2017, não havia títulos mantidos até o vencimento.

f) Operações de Crédito e Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

As operações de crédito são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e aos garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/1999, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo "AA" (risco mínimo) e "H" (risco máximo).

As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita, quando efetivamente recebidas.

As operações classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por 180 dias, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

As operações de cessão de créditos, classificadas como "operações com transferência substancial dos riscos e benefícios", devem ser baixadas do título contábil utilizado para registro da operação original e o resultado positivo ou negativo apurado na negociação deve ser apropriado ao resultado do período de forma segregada.

Nas operações classificadas como "operações com retenção substancial dos riscos e benefícios", o ativo financeiro objeto da venda ou da transferência deve permanecer, na sua totalidade, registrado no ativo, os valores recebidos na operação devem ser registrados no ativo tendo como contrapartida passivo referente à obrigação assumida e as receitas e as despesas devem ser apropriadas de forma segregada ao resultado do período pelo prazo remanescente da operação, no mínimo mensalmente.

As classificadas como "operações sem transferência nem retenção substancial dos riscos e benefícios", com transferência de controle do ativo financeiro objeto da negociação, devem obedecer ao procedimento das "operações com transferência" e as "operações sem transferência nem retenção substancial dos riscos e benefícios", com retenção do controle do ativo financeiro objeto da negociação, devem permanecer registradas no ativo na proporção do seu envolvimento continuado, que é o valor pelo qual a instituição continua exposta às variações no valor do ativo transferido. O passivo referente à obrigação assumida na operação deve ser reconhecido e o resultado positivo ou negativo apurado, referente à parcela cujos riscos e benefícios foram transferidos, deve ser apropriado proporcionalmente ao resultado do período de forma segregada e as receitas e despesas devem ser apropriadas de forma segregada ao resultado do período, pelo prazo remanescente da operação, no mínimo mensalmente.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas, observadas as regras da Resolução nº 2.682/1999 do CMN, exceto quando houver amortização significativa das operações ou quando fatos novos relevantes justificarem a mudança do nível de risco. As renegociações de operações de crédito que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação são classificadas como nível H, e os eventuais ganhos provenientes da renegociação são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é considerada suficiente pela Administração do Banco para cobrir eventuais riscos sobre a carteira de operações de crédito e atende aos critérios estabelecidos pelo Bacen.

g) Outros ativos

Demonstrados ao valor de custo de aquisição ou aplicação acrescido, quando aplicável, dos rendimentos e das variações monetárias auferidos, calculados em base *pro rata* dia, incorridos até a data do balanço.

h) Despesas Antecipadas

São contabilizadas as aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos direitos de benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em períodos futuros e estão registradas na rubrica "Outros valores e bens".

i) Permanente

Demonstrado pelo valor do custo de aquisição, está sujeito à avaliação do valor recuperável em períodos anuais ou em maior frequência se as condições ou circunstâncias indicarem a possibilidade de perda dos seus valores e sua avaliação considera os seguintes aspectos:

j.1) Imobilizado de Uso

O ativo imobilizado de uso é demonstrado ao custo de aquisição, deduzido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pela estimativa de vida útil do bem, sendo: instalações, móveis, equipamentos de uso, sistemas de segurança e comunicações - 10 anos, sistemas de processamento de dados e veículos - 5 anos e benfeitorias em imóveis de terceiros - 10 anos. (vida Nota 11).

j.2) Intangível

Os ativos intangíveis correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade, inclusive aqueles correspondentes à prestação de serviços de pagamento de salários, proventos, soldos, vencimentos, aposentadorias, pensões e similares.

Em 2017 o Banco adotou os procedimentos contábeis da Resolução Bacen nº 4.534/2016 e reclassificou do imobilizado montantes referentes a softwares adquiridos no mercado ou desenvolvidos internamente para o grupo de intangível.

k) Redução ao Valor Recuperável dos Ativos não Financeiros (*Impairment*)

É reconhecido como perda se o valor de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa registrado contabilmente for maior do que o seu valor recuperável, ou de realização. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxo de caixa substancial, independentemente de outros ativos ou grupos de ativos.

As perdas com *impairment*, quando aplicáveis, são registradas no resultado do exercício em que foram identificadas. Os valores dos ativos não financeiros são revisados periodicamente no mínimo uma vez ao ano, para determinar se existe alguma indicação de perda no valor recuperável ou de realização desses ativos.

No primeiro semestre de 30 de junho de 2018 e 2017, não foram registrados perdas por *Impairment*.

l) Depósitos, Captações no Mercado Aberto, e Recursos de Aceites e Emissão de Títulos

São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base *pro rata* dia.

m) Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) (Correntes e Diferidos)

A provisão para IRPJ é constituída com base no lucro real, assim entendido como sendo o lucro líquido contábil, ajustado por adições e exclusões determinadas por Lei, à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro real excedente a R\$ 240 mil no exercício fiscal. A provisão para CSLL é calculada sobre o lucro líquido contábil também ajustado por adições e exclusões determinadas por Lei. As instituições financeiras, durante o ano de 2015, estiveram sujeitas à alíquota de 15% no período de janeiro a agosto e de 20% a partir de setembro, com a entrada em vigor da Lei nº 13.169/15, fruto de conversão da MP nº 675/15. Os créditos tributários são constituídos com base nas alíquotas vigentes, na data das demonstrações financeiras, e os créditos sobre adições temporárias, quando houver, serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos.

Os créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social serão realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis, observado o limite de 30% do lucro real do período-base. Tais créditos tributários estão registrados na rubrica "Outros créditos" e foram reconhecidos contabilmente com base nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizados pela Administração.

Com o advento da conversão da MP nº 675, na Lei nº 13.169, de 6 de outubro de 2015, os créditos tributários relativos à CSLL foram majorados para refletir a elevação da alíquota de 15% para 20% até dezembro de 2018.

n) Ativos e Passivos Contingentes, Provisões e Obrigações Legais (Fiscais e Previdenciárias)

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes e obrigações legais (fiscais e previdenciárias) baseiam-se nos critérios definidos no CPC 25, aprovado pela Resolução CMN nº 3.823/09 aplicável a partir do exercício de 2010, da seguinte forma:

- **Ativos contingentes** - Não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos;
- **Passivos contingentes** - São apenas divulgados nas demonstrações financeiras porque são obrigações possíveis, visto que ainda há incertezas se a entidade tem uma obrigação que possa conduzir a uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos;
- **Provisões** - São reconhecidas como passivo nas demonstrações financeiras porque são obrigações presentes e é provável que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos seja necessária para liquidar a obrigação;
- **Obrigações legais (fiscais e previdenciárias)** - São reconhecidas como passivo nas demonstrações financeiras as obrigações derivadas de contratos, legislação ou outra ação da lei em que a entidade não tem outra alternativa senão de liquidar a obrigação.

o) Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS)

O PIS (0,65%) e a COFINS (4%) são calculados sob determinadas receitas e despesas brutas. As instituições financeiras podem deduzir despesas financeiras na determinação da referida base de cálculo. As despesas de PIS e da COFINS são registradas em "despesas tributárias".

p) Outros Passivos

Os demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias até a data do balanço, e nas operações prefixadas pelo valor de resgate deduzido das correspondentes despesas a apropriar.

q) Partes Relacionadas

O Banco possui transações com partes relacionadas, as quais são efetuadas a preços e condições de mercado, para operações livres de risco. Essas transações estão demonstradas na Nota Explicativa nº 18b, de acordo com os requerimentos de divulgação do CPC 05 - Divulgação sobre Partes Relacionadas, aprovado pela Resolução CMN nº 3.750/2009.

r) Resultado por Ação

É calculado com base na quantidade de ações do capital social integralizado na data das demonstrações financeiras.

s) Dividendos/Juros sobre Capital Próprio (JCP)

A previsão estatutária de distribuição mínima obrigatória de dividendos ou JCP é de quantia não inferior a 25% do lucro líquido ajustado do exercício de cada uma das entidades, conforme permite o Art.202, Parágrafo 3º, Inciso II, da Lei nº 6.404/1976.

No primeiro semestre de 2018 não foram deliberados dividendos na forma de JCP, somente no primeiro semestre de 2017. (vide Nota 16.c).

4. Caixa e Equivalentes de caixa

Composição	30/06/2018	30/06/2017
Disponibilidades em Moedas Nacional e Estrangeira	220	84
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	110.700	77.140
Total	110.920	77.224

5. Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

	30/06/2018		30/06/2017
Até 3 Meses	Total	Total	Total
Aplicações no Mercado Aberto	-	-	77.140
Posição Bancada	-	-	77.140
Notas do Tesouro Nacional - NTN B	-	-	77.140
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	110.700	110.700	-
Certificados de Depósitos Interfinanceiros - CDI	110.700	110.700	-
Total	110.700	110.700	77.140
Circulante		110.700	77.140

As operações compromissadas encontram-se custodiadas no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC) e os depósitos interfinanceiros são custodiados na B3.

6. Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos

a) Títulos e Valores Mobiliários

a.1) Classificação por Título, Valor de Mercado e Curva

a.1.1) Títulos para Negociação

	30/06/2018		30/06/2017	
	Valor de Curva	Ajuste a Mercado - Resultado	Valor Contábil	Valor Contábil
<u>Carteira Própria</u>				
Títulos Públicos				
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	-	-	8.322
Títulos Privados				
Ações de Companhias Abertas ⁽¹⁾	10.664	(1.601)	9.063	-
Total da Carteira Própria	10.664	(1.601)	9.063	8.322
<u>Vinculados à prestação de garantias</u>				
Títulos Públicos				
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	-	-	4.460
Total vinculado à prestação de garantias	-	-	-	4.460

a.1.2) Títulos Disponíveis para Venda

	30/06/2018		30/06/2017	
	Valor de Curva	Ajuste a Mercado - Patrimônio Líquido	Valor Contábil	Valor Contábil
<u>Carteira Própria</u>				
Títulos Públicos				
Notas do Tesouro Nacional - NTN B	6.972	275	7.247	15.658
Títulos Privados				
Ações de Companhia Abertas ⁽¹⁾	-	-	-	8.881
Total da Carteira Própria	6.972	275	7.247	24.539
<u>Vinculados a compromissos de recompra</u>				
Títulos Públicos				
Notas do Tesouro Nacional - NTN	7.572	299	7.871	-
Total	7.572	299	7.871	-
<u>Vinculados à prestação de garantias</u>				
Títulos Públicos				
Notas do Tesouro Nacional - NTN B	1.265	50	1.315	-
Total vinculado à prestação de garantias	1.265	50	1.315	-

a.2) Classificação e Vencimento

a.2.1) Títulos para Negociação

	30/06/2018			30/06/2017		
	Sem vencimento	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total	Total
<u>Carteira Própria</u>						
Títulos Públicos						
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	-	-	-	-	8.322
Títulos Privados						
Ações de Companhias Abertas ⁽¹⁾	9.063	-	-	-	9.063	-
Total	9.063	-	-	-	9.063	8.322
Circulante					9.063	8.322
<u>Vinculados à prestação de garantias</u>						
Títulos Públicos						
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	-	-	-	-	4.460
Total	-	-	-	-	-	4.460
Circulante					-	4.460

a.2.2) Títulos Disponíveis para Venda

	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	30/06/2018	30/06/2017
				Total	Total
Carteira Própria					
Títulos Públicos					
Notas do Tesouro Nacional - NTN B	-	-	7.247	7.247	15.658
Títulos Privados					
Ações de Companhias Abertas ⁽¹⁾	-	-	-	-	8.881
Total	-	-	7.247	7.247	24.539
Circulante				-	8.881
Longo Prazo				7.247	15.658
Vinculados a Compromissos de Recompra					
Títulos Públicos					
Notas do Tesouro Nacional - NTN B	-	-	7.871	7.871	-
Total	-	-	7.871	7.871	-
Circulante				-	-
Longo Prazo				7.871	-
Vinculados à prestação de garantias					
Títulos Públicos					
Notas do Tesouro Nacional - NTN B	-	-	1.315	1.315	-
Total	-	-	1.315	1.315	-
Circulante				-	-
Longo Prazo				1.315	-

(1) Em 31 de dezembro de 2017, o Banco reclassificou sua carteira de ações JBS para a categoria Negociação. Essa reclassificação está alinhada à estratégia de gerenciamento de riscos e as melhores práticas contábeis nas quais os Instrumentos financeiros devem ser classificados, não pela intenção de obtenção de ganho financeiro em função da oscilação de preços, e sim pelo plano de negócio da entidade.

Os títulos públicos encontram-se custodiados no SELIC.

O valor de mercado dos títulos compreende o valor divulgado pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA).

a.3) Resultado com Operações de Títulos e Valores Mobiliários

	01/01 a 30/06/2018	01/01 a 30/06/2017
Rendas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	3.376	4.671
Rendas de Títulos de Renda Fixa	2.030	1.336
Resultado Renda Variável ⁽¹⁾	(1.556)	(6.578)
Total	3.850	(571)

(1) Resultado com ações da JBS S.A

b) Instrumentos Financeiros Derivativos

A estrutura organizacional e de processos é montada de forma a permitir um controle independente e assertivo dos diversos riscos incorridos em virtude de suas atividades. A estrutura de gerenciamento de riscos está descrita na Nota Explicativa nº 26.

O Conglomerado, do qual o Banco Original do Agronegócio faz parte, utiliza instrumentos financeiros derivativos com o objetivo de:

- Atender às necessidades dos clientes;
- Realizar a gestão das exposições da carteira ao risco de mercado e de taxa de juros.

O Conglomerado segrega suas exposições em carteiras de negociação (*trading*) e carteira bancária (*banking*), seguindo, além das melhores práticas de mercado, as diretrizes da Resolução Bacen nº 4.557/17 e da Circular nº 3.354/07, que estabelecem critérios mínimos para classificação de operações nas instituições financeiras.

As posições nas quais há intenção de obter ganhos associados às oscilações de mercado são classificadas na carteira *trading* da Instituição. Neste caso, diariamente, essas operações são identificadas, mensuradas e submetidas ao controle de limites e os resultados reportados à Administração.

As metodologias de mensuração e controle para os riscos da carteira de negociação são:

- VaR Paramétrico, com nível de confiança de 99,9% e "holding period" estipulado de acordo com o prazo de liquidação da carteira;
- Stress Test;
- Stop Loss.

Aqueles classificados como *banking* possuem a finalidade de fazer a gestão do risco de mercado e de taxa de juros da carteira bancária composta por ativos e passivos das linhas de negócios que não possuem a característica de negociação. Estas operações são controladas por medida de perda estimada baseada em choques históricos nas curvas de juros. A mensuração e o reporte à Administração ocorrem, no mínimo, mensalmente.

Carteira Trading - Jun/2018		Value at Risk		
		jun/17		
Fator de Risco	Risco de Variação em:	Média	Fechamento	Fechamento
Prefixado	Taxa de Juros prefixada	651	467	205
Boi Gordo	Preço do Boi Gordo CEPEA	1	-	3
Moedas Estrangeiras	Variação Cambial	269	660	62
Índice Bolsa	Índice de Ações Bolsa	132	-	-
Ação Bovespa	Ação da Bovespa	90.179	84.745	10.918
Exposição com Correlação		88.775	82.011	10.668

Carteira Banking - Jun/2018		Teste de Estresse		
		jun/17		
Risco		Média	Fechamento	Fechamento
Risco de Taxa de Juros		25.854	16.355	45.207

Destaca-se que o aumento relevante do Value at Risk (VaR) na comparação entre o fechamento de jun/2017 e o fechamento de jun/2018, foi resultado da reclassificação do estoque de ações da modalidade Disponível para Venda (banking book) para Negociação (trading book). A redução do valor do Risco da Taxa de Juros foi resultado da mudança de modelo interno de cálculo do IRRBB (*Interest Rate Risk in the Banking Book*), sempre em linha com as diretrizes do Comitê de Basileia e das disposições da Circular 3.876/18 do Banco Central do Brasil. Para efeito de comparação, utilizando-se a metodologia anterior o Risco de Taxa de Juros seria de aproximadamente R\$ 33 milhões.

b.1) Instrumentos Financeiros Derivativos por Vencimento

O Banco não teve operações de instrumentos derivativos no primeiro semestre de 2018 e 2017.

b.2) Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos

No primeiro semestre de 2018 e 2017 não tivemos resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos.

7. Relações Interfinanceiras

O saldo da rubrica "Relações interfinanceiras" é composto por créditos vinculados representados, basicamente, por depósitos efetuados no BACEN no montante de R\$ 4 ativo (30/06/2017 - R\$ 24 ativo), para cumprimento das exigibilidades dos compulsórios sobre depósitos à vista, depósitos de poupança e depósitos a prazo e por pagamentos e recebimentos a liquidar, representados por cheques e outros papéis remetidos ao serviço de compensação (posição ativa e passiva).

8. Carteira de Créditos e Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

a) Carteira de Créditos - Composição por Produto

	30/06/2018	30/06/2017
Empréstimos e Títulos Descontados	48	13.651
Empréstimos	48	13.651
Cédula de Produto Rural (CPR) ⁽¹⁾	48	12.934
Capital de Giro	-	717
Subtotal	48	13.651
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(48)	(9.853)
Total	-	3.798
Circulante	-	1.288
Longo Prazo	-	2.510

(1) Representa o compromisso de entrega de produtos rurais, com ou sem garantia cedularmente constituída. Basicamente, o produtor rural a emite e recebe o valor negociado de forma antecipada.

b) Carteira de Créditos por Setor de Atividades

	30/06/2018			30/06/2017		
	Parcelas a Vencidas a partir de 15 dias	Parcelas a Vencer até 12 Meses e Vencidas até 14 dias	Parcelas a Vencer Acima de 360 dias	Total	Total	Total
Setor Privado						
Rural	23	25	-	48		13.651
Total	23	25	-	48		13.651

c) Concentração de Crédito

			30/06/2018		30/06/2017	
	Valor	% da Carteira	Provisões	% das Provisões	Valor	% da Carteira
10 Maiores Devedores	48	100%	48	100%	13.651	100%
Total	48	100%	48	100%	13.651	100%

d) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa Distribuída pelos Correspondentes Níveis de Risco

A abertura das posições "Curso Normal" e "Curso Anormal" refere-se aos contratos vigentes em 30 de junho de 2018. As provisões constituídas levam em consideração as classificações de rating e os percentuais estipulados na Resolução CMN n° 2.682/1999.

Nível de Risco	Carteira de Créditos			30/06/2018	
	% Provisão Mínima Requerida	Curso Normal ⁽¹⁾	Curso Anormal ⁽¹⁾	Total	Provisão Requerida
H	100%	-	48	48	48
Total		-	48	48	48

Nível de Risco	Carteira de Créditos			30/06/2017	
	% Provisão Mínima Requerida	Curso Normal ⁽¹⁾	Curso Anormal ⁽¹⁾	Total	Provisão Requerida
G	70%	12.659	-	12.659	8.861
H	100%	275	717	992	992
Total		12.934	717	13.651	9.853

(1) Curso normal refere-se a contratos vincendos e contratos com parcelas vencidas até 14 dias e curso anormal a contratos vincendos e vencidos a partir de 15 dias.

e) Movimentação da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

	30/06/2018	30/06/2017
Saldo Inicial	295	10.927
Constituição Líquida de Reversão	(247)	(575)
Baixa para Prejuízo	-	(499)
Saldo Final	48	9.853
Circulante	48	3.822
Longo Prazo	-	6.031
Créditos Recuperados ⁽¹⁾	-	430

(1) Registrados como receita da intermediação financeira na rubrica de "Operações de crédito".

No primeiro semestre de 2018 e 2017 não tivemos créditos renegociados.

f) Resultado de Operações de Crédito

	01/01 a 30/06/2018	01/01 a 30/06/2017
Rendas de Empréstimos	1	1.240
Recuperação de Créditos Baixados como Prejuízo (Nota 8.e) ⁽¹⁾	-	430
Total	1	1.670

9. Outros Créditos

a) Créditos Tributários

	30/06/2018	30/06/2017
Créditos Fiscais Diferidos		
Saldo Inicial	6.394	9.420
Constituições	681	4.092
Reversões	(757)	(796)
Saldo Final	6.318	12.716
Débitos Fiscais Diferidos		
Saldo Inicial	420	378
Constituições	87	195
Reversões	(210)	(357)
Saldo Final	297	216

a.1) Ativo Fiscal Diferido

Em 30 de junho de 2018 e de 2017, os valores diferidos foram calculados, sobre prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social, provisão para créditos de liquidação duvidosa e outras provisões temporariamente não dedutíveis (Alíquotas IRPJ 25% e CSLL 20% até dezembro de 2018).

Os créditos são registrados por seus valores nominais e serão revertidos conforme suas exclusões no cálculo do resultado tributável em períodos futuros, quando os valores contábeis dos ativos e passivos forem realizados ou liquidados e/ou quando lucro tributável for apurado.

O ativo e o passivo fiscal diferido de IRPJ e CSLL estão apresentados nas rubricas “Outros créditos – Créditos Tributários” e “Outras obrigações – Fiscais e Previdenciárias”, respectivamente.

	30/06/2018	30/06/2017
Prejuízo Fiscal	4.939	6.675
Crédito de IRPJ sobre Prejuízo Fiscal - 25%	1.235	1.669
Base Negativa de Contribuição Social	5.725	7.315
Crédito de CSLL sobre Base Negativa - 20%	1.145	1.463
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	48	9.853
Provisão para Contingências Trabalhistas	2.305	2.183
Provisão para Despesas Administrativas	-	22
Ajustes Positivos ao valor de mercado de títulos para negociação e instrumentos financeiros derivativos	3.405	5.988
Pis/Cofins diferidos sobre ajuste positivo ao valor de mercado de títulos - 4,65%	(158)	(278)
Ajustes Futuros - DI e DDI	-	104
PIS/COFINS Diferidos sobre o Ajuste Futuro DI e DDI - 4,65%	-	(5)
Perdas em Operações de Crédito	2.729	2.729
Outras Diferenças Temporárias	71	73
Total de Diferenças Temporárias - IRPJ	8.400	20.669
Total de Diferenças Temporárias - CSLL	8.400	20.669
Créditos Tributários sobre Diferenças Temporárias de IRPJ - 25%	2.100	5.167
Créditos Tributários sobre Diferenças Temporárias de CSLL - 20% ⁽¹⁾	1.680	4.134
Ajustes Futuros - DI e DDI	104	104
Ajuste positivo ao valor de mercado de títulos para negociação e instrumentos financeiros derivativos	3.301	5.988
Base de Cálculo do Ativo Fiscal Diferido de PIS e COFINS	3.405	6.092
Alíquota de PIS/COFINS	4,65%	4,65%
Total do Crédito de PIS e COFINS Diferidos	158	283
Total do Ativo Fiscal Diferido	6.318	12.716
Circulante	427	3.511
Longo Prazo	5.891	9.205

(1) Com o advento da conversão da MP nº 675 na Lei nº 13.169, de 6 de outubro de 2015, os créditos tributários relativos a CSLL foram majorados para refletir a elevação da alíquota de 15% para 20% até dezembro de 2018.

a.2) Passivo Fiscal Diferido

	30/06/2018	30/06/2017
Ajuste positivo ao valor de mercado de títulos disponíveis para venda	624	454
PIS/COFINS diferidos sobre ajuste positivo ao valor de mercado de títulos - 4,65%	(29)	(21)
Total de Diferenças Temporárias- IRPJ	595	433
Débitos sobre Diferenças Temporárias de IRPJ - 25%	149	108
Débitos sobre Diferenças Temporárias de CSLL - 20%	119	87
Ajuste positivo ao valor de mercado de títulos disponíveis para venda	624	454
Base de Cálculo do Ativo Fiscal Diferido de PIS e COFINS	624	454
Alíquota de PIS/COFINS	4,65%	4,65%
Total do Débito de PIS e COFINS Diferidos	29	21
Total do Passivo Fiscal Diferido	297	216
Circulante	297	216

a.3) Expectativa de Realização dos Créditos Tributários e Passivo Fiscal Diferido

Ano	Ativo Fiscal Diferido	30/06/2018		30/06/2017	
		Passivo Fiscal Diferido	Valor Líquido dos Impostos Diferidos	Passivo Fiscal Diferido	Valor Líquido dos Impostos Diferidos
2017	-	-	-	3.511	3.295
2018	427	297	130	6.182	6.182
2019	3.307	-	3.307	1.676	1.676
2020	792	-	792	1.347	1.347
2021	345	-	345	-	-
2022	368	-	368	-	-
A partir de 2023	1.079	-	1.079	-	-
Total	6.318	297	6.021	12.716	12.500

Em função das diferenças existentes entre os critérios contábeis, fiscais e societários, a expectativa da realização dos créditos tributários não deve ser tomada como indicativo do valor dos lucros líquidos futuros.

b) Valor Presente dos Créditos Tributários

O valor presente do ativo fiscal diferido em 30 de junho de 2018, considerando a taxa de captação projetada para o período é de R\$ 5.506 (30/06/2017 - R\$ 10.763).

c) Outros Créditos - Diversos

	30/06/2018	30/06/2017
Impostos e Contribuições a Compensar/Recuperar	744	391
Para Interposição de Recursos Trabalhistas (Nota 15.b.1)	69	107
Adiantamentos Salariais/Outros	3	23
Devedores Diversos - País	26	1
Total	842	522
Circulante	842	522

d) Outros Valores e Bens

	30/06/2018	30/06/2017
Despesas Antecipadas	55	40
Total	55	40
Circulante	55	40

10. Participações em Coligadas e Controladas

Investimentos	Quantidade de Ações ou Cotas Possuídas			30/06/2018
	Direta ou Indiretamente (Mil)			Participação
	Atividade	Ações Ordinárias e Cotas	Participação Direta	Direta e Indireta
Controladas do Banco				
Original Investimentos Imobiliários Ltda.	Investimento	99.999	99,99%	99,99%

Controladas do Banco	Patrimônio Líquido	Lucro Líquido/ (Prejuízo)	Valor dos Investimentos	
	30/06/2018	01/01 a 30/06/2018	30/06/2018	30/06/2017
Original Investimentos Imobiliários Ltda. ⁽¹⁾	100	-	100	100
Total	100	-	100	100

(1) Em fase pré-operacional, com capital a integralizar;

11. Imobilizado de Uso

a) Imobilizado de uso

Outras Imobilizações de Uso	Custo	Depreciação	30/06/2018	30/06/2017
			Residual	Residual
Instalações, Móveis e Equipamentos de Uso	241	(153)	88	112
Sistemas de Processamento de Dados	975	(944)	31	88
Sistemas de Segurança e Comunicações	259	(207)	52	77
Total	1.475	(1.304)	171	277

b) Movimentação do Imobilizado de Uso

Outras Imobilizações de Uso	31/12/2017			30/06/2018	
	Saldo Inicial	Aquisições	Transferência/ Baixas	Depreciação	Saldo Final
Instalações, Móveis e Equipamentos de Uso	100	-	-	(12)	88
Sistemas de Processamento de Dados	50	-	-	(19)	31
Sistemas de Segurança e Comunicações	64	-	-	(12)	52
Total	214	-	-	(43)	171

12. Intangível

a) Valor residual

	Custo	Amortização	30/06/2018	30/06/2017
			Líquido	Líquido
Gastos com Desenvolvimento	447	(410)	37	87
Total	447	(410)	37	87

b) Movimentação do Intangível

	31/12/2017	Aquisição	Transferência/ Baixas	Amortização	30/06/2018
	Saldo inicial				Saldo Final
Gastos com Desenvolvimento	62	-	-	(25)	37
Total	62	-	-	(25)	37

13. Captação de Recursos e Obrigações por Repasses

a) Depósitos

	Sem Vencimento	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	30/06/2018	30/06/2017
					Total	Total
Depósitos à Vista	20	-	-	-	20	257
Depósitos a Prazo - CDB ⁽¹⁾	-	272	-	-	272	252
Total	20	272	-	-	292	509
Circulante					292	257
Longo Prazo					-	252

(1) O total de depósito a prazo com liquidez antecipada é de R\$ 272 (30/06/2017 - R\$ 252).

Em 30 de junho de 2018, os Depósitos a Prazo estão compostos integralmente por CDB R\$ 272 (30/06/2017 - R\$ 252).

O Banco realiza operações com Certificado de Depósito Bancário (CDB), com taxas praticadas em operações pós-fixadas de 109% do CDI (30/06/2017 - 109% do CDI).

a.1) Captações no Mercado Aberto

	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	30/06/2018	30/06/2017
				Total	Total
Carteira Própria					
Títulos Públicos	7.806	-	-	7.806	-
Total	7.806	-	-	7.806	-
Circulante				7.806	-

a.2) Despesa de Captação no Mercado

	01/01 a 30/06/2018	01/01 a 30/06/2017
Depósitos a Prazo - CDB	(9)	(24)
Captação no Mercado Aberto	(5)	(1)
Total	(14)	(25)

14. Outras Obrigações

a) Fiscais e Previdenciárias

	30/06/2018	30/06/2017
Impostos e Contribuições a Recolher	48	741
Impostos e Contribuições sobre Serviços de Terceiros	12	18
Impostos e Contribuições sobre Salários	-	5
IRRF a recolher s/ Juros Capital Próprio	-	690
Outros	36	28
Provisão para Impostos e Contribuições sobre Lucros	396	-
Provisão para Imposto de Renda	211	-
Provisão para Contribuição Social	185	-
Provisão para Impostos e Contribuições Diferidos (Nota 9.a.2)	297	216
Total	741	957
Circulante	741	957

b) Outras Obrigações - Diversas

	30/06/2018	30/06/2017
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Trabalhistas (Nota 15.b.1.1)	2.346	2.200
Provisão para Pagamentos a Efetuar	173	145
Despesas de Pessoal	-	38
Outras despesas administrativas	122	34
Outros pagamentos	51	73
Subscrições de capital a integralizar ⁽¹⁾	100	100
Valores a pagar a sociedades ligadas	-	12
Credores Diversos - Exterior/País	46	35
Total	2.665	2.492
Circulante	319	292
Longo Prazo	2.346	2.200

(1) Constituído por capital a integralizar da Original Investimentos Imobiliários Ltda. (Nota Explicativa 10).

15. Ativos e Passivos Contingentes e Provisões

a) Ativos Contingentes

Os ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com êxito provável, quando existentes, são apenas divulgados nas demonstrações financeiras.

b) Provisões e Passivos Contingentes

b.1) Provisão para Processos Trabalhistas

São ações movidas pelos Sindicatos, Associações, Ministério Público do Trabalho e ex-empregados pleiteando direitos trabalhistas devidos. Em 30 de junho de 2018 o Banco possuía depósitos judiciais no montante de R\$ 69 (30/06/2017 - R\$ 107).

b.1.1) Movimentação das Provisões para Processos Trabalhistas

	01/01 a 30/06/2018	01/01 a 30/06/2017
	Trabalhistas	Trabalhistas
Saldo Inicial	2.305	2.263
Constituição	29	-
Atualização Monetária	101	113
Reversão	(89)	(176)
Saldo Final	2.346	2.200

b.2) Passivos Contingentes Classificados como Risco de Perda Possível

São processos de naturezas trabalhista ou cível classificados, com base na expectativa de perda e conforme o prognóstico dos advogados, como risco de perda possível, não reconhecidos contabilmente, mas divulgados nas notas explicativas das demonstrações financeiras. Em 30 de junho de 2018 e 2017 o Banco não possui processos de natureza trabalhista classificados como possível.

	01/01 a 30/06/2018	01/01 a 30/06/2017
Processos Cíveis	72	-
Total	72	-

16. Patrimônio Líquido

a) Capital Social

Em 30 de Junho de 2018 o capital social de R\$ 109.123 (30/06/2017 - R\$109.123) de domiciliados no País, integralizado é assim representado:

	30/06/2018		30/06/2017	
	Ordinárias R\$	Total	Ordinárias R\$	Total R\$
De Domiciliados no País	109.123	109.123	109.123	109.123
Total	109.123	109.123	109.123	109.123

b) Ajuste de Avaliação Patrimonial

Refere - se ao valor do ajuste a valor de mercado relativo aos títulos públicos representados por NTN no montante de R\$ 327 (30/06/2017 - R\$ 238).

c) JCP e Dividendos

No primeiro semestre de 2018 não foi deliberado Juros sobre Capital Próprio (30/06/2017 - R\$ 4.600).

d) Reserva de Lucros

d.1) Reserva Legal

A reserva legal é constituída à base de 5% sobre o lucro do exercício, limitada a 20% do capital social, de acordo com previsão do Estatuto Social e legislação vigente. No semestre de 2018 foi constituída reserva legal no montante de R\$ 34 (30/06/2017 - R\$ 13). O saldo da reserva legal em 30 de junho de 2018 atingiu o montante de R\$ 3.502 (30/06/2017 - R\$ 2.869).

d.2) Reserva Estatutária

A reserva estatutária é constituída por determinação da instituição como destinação de uma parcela do lucro do exercício. No semestre de 2018, foi constituída reserva no montante de R\$ 640 (30/06/2017 - (R\$ 4.354)). Em 30 de junho de 2018, o saldo de reserva estatutária era de R\$ 19.487 (30/06/2017) de R\$ 12.011.

17. Limites Operacionais

O gerenciamento de capital consiste no processo contínuo de monitoramento e controle do capital necessário para fazer face aos riscos a que a Instituição está sujeita, em frente a seus objetivos estratégicos, refletidos em suas metas. Neste sentido, as Resoluções nº 4.192 e nº 4.193 de 2013 definiram as principais métricas para alocação de capital das instituições, seguindo as orientações do Comitê de Basileia. Nessas resoluções foram instituídos os conceitos de Patrimônio de Referência (PR Nível I e Nível II) e Ativos Ponderados pelo Risco (RWA).

O cálculo dos Ativos Ponderados ao Risco (RWA) consiste em uma soma de parcelas que quantificam e consolidam os riscos de mercado, crédito e operacional. Conseqüentemente, o Índice de Basileia verifica a relação entre a base de capital e os diversos riscos incorridos pela Instituição.

No quadro abaixo destaca-se a abertura do Índice de Basileia, calculado com base nas Demonstrações Contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial (Banco Original S.A, Banco Original do Agronegócio S.A e Offshore Cayman), nos termos da Resolução nº 4.280, substituindo o conceito de Conglomerado Financeiro.

	30/06/2018	30/06/2017
Patrimônio de Referência Nível I	1.228.199	1.297.005
Patrimônio de Referência (Níveis I e II)	1.228.199	1.297.005
RWA (Patrimônio de Referência Exigido)	8.127.544	6.694.351
RWA _{CPAD} (Parcela de Risco de Crédito)	6.420.206	5.714.519
RWA _{MPAD} (Parcelas de Risco de Mercado)	856.617	359.539
RWA _{OPAD} (Parcela de Risco Operacional)	850.721	620.293
Índice de Basileia III e II ⁽¹⁾	15,1%	19,4%

(1) Para fins de apuração do índice de Basileia, o conglomerado de forma conservadora, e em linha com os conceitos de Basileia de uma gestão prudencial, está excluindo o impacto da venda da marca na apuração do Nível I e a Exposição de RWA, afim de demonstrar a não alavancagem dos negócios até que haja o efetivo recebimento das parcelas em aberto pela venda da marca. O índice de Basileia não excluindo os impactos mencionados é de 16,8%.

Em 2018 e 2017 o Conglomerado Original mostrou-se enquadrado no limite de Capital Regulatório, de 10,5%, e com Patrimônio de Referência compatível com o nível de risco da instituição.

O Banco divulga trimestralmente informações referentes à gestão de riscos e requisitos mínimos de patrimônio de referência (PR), de Nível I e Nível II. O relatório com maior detalhamento das premissas, estrutura e metodologias encontra-se no endereço eletrônico www.original.com.br.

Adicionalmente ao Índice de Basileia, as instituições financeiras são obrigadas a manter a aplicação de recursos no ativo permanente de acordo com o nível do patrimônio de referência ajustado. Os recursos aplicados no ativo permanente, apurados de forma consolidada, estão limitados a 50% do valor do patrimônio de referência ajustado na forma da regulamentação em vigor. Nos anos de 2018 e 2017, o Banco encontra-se enquadrado no referido índice.

18. Partes Relacionadas

a) Participação Acionária

A tabela a seguir demonstra a participação acionária direta (ações ordinárias e preferenciais) em 30 de junho de 2018 e 2017:

Acionistas	30/06/2018		30/06/2017	
	Ações Ordinárias		Ações Ordinárias	
	Quantidade	(%)	Quantidade	(%)
	(Em Milhares de Ações, Exceto Porcentagens)			
J&F Participações S.A. (J&F) ⁽¹⁾	99.000.000	99%	99.000.000	99%
Pessoas Físicas (PF)	1.000.000	1%	1.000.000	1%
Total	100.000.000	100%	100.000.000	100%

(1) Empresa de investimentos (Holding).

b) Transações com Partes Relacionadas

As operações e remuneração de serviços entre as empresas abaixo relacionadas são efetuadas a valores, prazos e taxas usuais de mercado, e em condições de comutatividade. Em 30 de junho de 2018 e 2017, os saldos de operações e os resultados obtidos em transações com partes relacionadas estão divulgados de acordo com as normas estabelecidas pelo Pronunciamento Técnico CPC 05 e pela Resolução CMN nº 3.750/09, conforme os saldos apresentados abaixo:

	Ativos (Passivos)		Receitas (Despesas)	
	30/06/2018	30/06/2017	01/01 a 30/06/2018	01/01 a 30/06/2017
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	110.700	-	27	-
Banco Original S.A.	110.700	-	27	-
Aplicações em Operações Compromissadas	-	77.140	-	4.668
Banco Original S.A.	-	77.140	-	4.668
Ações	9.063	8.881	(1.556)	(6.578)
JBS S.A. (JBS)	9.063	8.881	(1.556)	(6.578)
JCP a Pagar	-	(4.600)	-	(4.600)
J&F Participações S.A. ⁽¹⁾	-	(4.600)	-	(4.600)
Captações no mercado aberto	(7.806)	-	(3.311)	-
Banco Original S.A.	(7.806)	-	(3.311)	-

19. Receitas de Prestação de Serviços e Tarifas

	01/01 a 30/06/2018	01/01 a 30/06/2017
Intermediação e Assessoria Financeira	-	16
Outras Prestações de Serviços ⁽¹⁾	1	1
Total	1	17

(1) Refere-se a câmbio, tarifa bancária e outras prestações de serviços.

20. Despesas de Pessoal

	01/01 a 30/06/2018	01/01 a 30/06/2017
Remuneração	(7)	(55)
Encargos	(3)	(29)
Benefícios	(6)	(13)
Total	(16)	(97)

21. Outras Despesas Administrativas

	01/01 a 30/06/2018	01/01 a 30/06/2017
Serviços Técnicos Especializados e de Terceiros	(259)	(759)
Depreciações e Amortizações	(68)	(95)
Propaganda e Publicidade	(31)	(107)
Comunicações	(70)	(109)
Processamento de Dados	(1.634)	(2.155)
Aluguéis	(12)	(12)
Serviços de Vigilância e Segurança	-	(1)
Manutenção e Conservação de Bens	-	(1)
Serviços do Sistema Financeiro	(349)	(589)
Outras	(175)	(802)
Total	(2.598)	(4.630)

22. Despesas Tributárias

	01/01 a 30/06/2018	01/01 a 30/06/2017
Despesa com COFINS	(152)	(25)
Despesa com ISS	-	(1)
Despesa com PIS/Pasep	(25)	(4)
Outras	(4)	-
Total	(181)	(30)

23. Outras Receitas Operacionais

	01/01 a 30/06/2018	01/01 a 30/06/2017
Atualização de Impostos a Compensar	19	-
Recuperação de Encargos e Despesas	2	-
Atualização de Depósitos Judiciais	9	6
Reversão de provisão Trabalhista	-	63
Outras	-	5
Total	30	74

24. Outras Despesas Operacionais

	01/01 a 30/06/2018	01/01 a 30/06/2017
Provisões Operacionais		
Trabalhistas	(41)	-
Indenizações Trabalhistas	(113)	-
Total	(154)	-

25. Imposto de Renda e Contribuição Social (Correntes e Diferidos)

Em 30 de junho de 2018 e 2017, os valores diferidos foram calculados, substancialmente, sobre a provisão para créditos de liquidação duvidosa, sobre prejuízo fiscal e outras provisões temporariamente não dedutíveis.

Os créditos são registrados por seus valores nominais e serão revertidos conforme suas exclusões no cálculo do resultado tributável em períodos futuros, quando os valores contábeis dos ativos e passivos forem realizados ou liquidados e/ou quando o lucro tributável for apurado.

O ativo e o passivo fiscal diferidos de imposto de renda e contribuição social estão apresentados no Balanço Patrimonial nas rubricas de "Outros Créditos - Diversos" e "Outras Obrigações - Fiscais e Previdenciárias", respectivamente.

	01/01 a 30/06/2018	01/01 a 30/06/2017
Resultado antes da Tributação e deduzidas as participações do lucro e JCP	1.169	(7.630)
Outras Diferenças Permanentes - CSLL	(27)	(32)
Outras Diferenças Permanentes - IRPJ	(19)	603
Base de cálculo - CSLL	1.142	(7.663)
Base de cálculo - IRPJ	1.150	(7.028)
CSLL - 20%	(228)	1.532
IRPJ - 25% Deduzidos dos Incentivos Fiscais	(267)	1.757
Total de Imposto de Renda e Contribuição Social	(495)	3.289
Encargo Líquido de IRPJ e CSLL	(495)	3.289

26. Estrutura de Gerenciamento de Riscos

O Banco preza por uma estrutura organizacional que permite um controle tempestivo, independente e assertivo, suportado por processos de identificação, mensuração, avaliação, monitoramento, reporte, controle e mitigação dos diversos riscos incorridos em virtude de suas atividades, mantendo-se sempre em linha com as melhores práticas de mercado e atendendo às regulações pertinentes.

Ponto fundamental da estrutura de gerenciamento de risco é a segregação de atividades entre as áreas de negócios e as áreas de controle, evitando conflitos de interesses e garantindo a independência dos administradores. Por sua vez, os processos operacionais têm como núcleo duas vertentes igualmente relevantes: o envolvimento de todas as áreas quando da implantação e comercialização de um novo produto ou serviço, e a independência na mensuração e reporte de riscos por essas áreas em processos já implantados.

O Banco qualifica e gerencia seus potenciais riscos nas seguintes classes:

Risco de Crédito: possibilidade de ocorrência de perdas financeiras associadas ao não cumprimento pela contraparte de suas respectivas obrigações nos termos pactuados, integral ou parcialmente, sempre observando proativamente não só o desempenho e perspectivas dos negócios do cliente como também o valor das garantias agregadas.

Risco de Mercado: possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos preços de mercado de posições detidas, inclusive as eventuais perdas decorrentes do tamanho da posição frente à liquidez dos mercados durante processos de liquidação.

Risco de Liquidez: possibilidade de a Instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações financeiras esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive aquelas decorrentes da vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

Risco Operacional: possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de reflexos advindos de eventos externos.

Gestão de Capital: é o processo contínuo de monitoramento e controle do capital necessário para fazer face aos riscos a que o Conglomerado está sujeito, diante de seus objetivos estratégicos, refletidos em suas metas.

a. Gerenciamento de Riscos Operacionais

Define-se como risco operacional a possibilidade de ocorrência de perdas financeiras resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou eventos externos. Inclui-se ainda o risco associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela instituição, bem como, a sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais, além de indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela instituição.

Segundo a Resolução Bacen nº 3.380/06, incluem-se nos eventos de risco operacional: fraudes internas e externas; práticas inadequadas relativas a clientes, produtos e serviços; falhas na execução, cumprimento de prazos e gerenciamento das atividades da Instituição; danos a ativos físicos próprios ou de uso pela Instituição; aqueles que acarretam interrupção de atividades; falhas em sistemas de tecnologia da informação; e demandas trabalhistas e segurança deficiente do local de trabalho.

A estrutura de risco operacional do Conglomerado Original visa a identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar os riscos operacionais aos quais a Instituição está exposta, além de disseminar internamente a cultura de controle de riscos. Essa estrutura está formalizada na Política de Gerenciamento de Risco Operacional documento que define a metodologia, os processos e as responsabilidades na gestão do risco operacional. A área de Risco Operacional deve atuar de forma corretiva e preventiva, evitando novos eventos ou a reincidência de falhas, e elaborar um Plano de Contingência para continuidade dos negócios. A estrutura conta ainda com o Comitê de Risco Operacional e Controles Internos.

b. Gerenciamento de Riscos de Mercado

O Risco de Mercado trata das perdas potenciais em razão das oscilações das taxas e cotações de mercado que precificam os instrumentos financeiros pertencentes à carteira do Conglomerado. A gestão de risco de mercado compreende o conjunto de procedimentos que buscam identificar, mensurar, controlar e reportar os riscos de mercado intrínsecos a cada posição. A estrutura de gerenciamento de risco de mercado do Conglomerado segue as melhores práticas de mercado e atendem, ainda, aos requisitos da Resolução nº 4.557/17 e Resolução nº 3.464/07 do Conselho Monetário Nacional.

A análise de exposição das carteiras da instituição é pautada em processos realizados pela Diretoria de Riscos em conformidade com as diretrizes definidas pela Diretoria da instituição e formalizadas na Política de Risco de Mercado, documento interno aprovado e revisado pelo Comitê de Diretoria.

Os pilares que estruturam a gestão de risco de mercado e de taxa de juros são:

- VaR (Valor em Risco)
- Stress Test
- Stop Loss
- Análise de Sensibilidade

c. Gerenciamento de Riscos de Liquidez

As diretrizes da Alta Administração para o processo de Risco de Liquidez são norteadas pela Política de Risco de Liquidez que é aprovada e revisada pelo Comitê de Diretoria. Essa política segue as melhores práticas de mercado além de estar em linha com a Resolução Bacen nº 4.557/17 e a Resolução nº 4.090 de 2012. A definição dos limites e da periodicidade de monitoramento e a revisão das normas são de responsabilidade da Diretoria Executiva de Riscos e aprovadas na alçada do Comitê de Diretoria.

A Diretoria de Riscos é responsável por identificar, monitorar, controlar, analisar e reportar os possíveis descasamentos de fluxos de caixa ou oscilações de mercado que comprometam a liquidez da Instituição. Este monitoramento é realizado diariamente, sendo reportadas às áreas responsáveis pela gestão de liquidez as informações necessárias para tal.

Essas informações quantitativas em conjunto com as estratégias de crescimento do Conglomerado, balizam as estratégias de captação e de aplicação de forma a garantir um nível adequado de liquidez.

Os pilares que estruturam estas análises são:

- Fluxo de Caixa
- Teste de Estresse
- Caixa Mínimo

d. Gerenciamento de Riscos de Crédito

Conforme a Resolução CMN nº 3.721/09, risco de crédito pode ser considerado como a expectativa de perda financeira decorrente da deterioração da capacidade de pagamento das obrigações creditícias das contrapartes do banco, gerada por mudanças inesperadas na saúde financeira de um tomador de crédito, de alterações da conjuntura financeira particular ou inversões de cenários macroeconômicos em sentido amplo ou a desvalorização de instrumentos financeiros e garantias correlatas.

A Diretoria do Conglomerado é responsável pela definição do seu apetite ao risco de crédito e seus processos de gerenciamento.

A Diretoria Executiva de Riscos é responsável por propor à Diretoria os limites de apetite a risco de crédito, as formas de mensurá-los, avaliá-los, monitorá-los e reportá-los. Cabe ainda à Diretoria Executiva de Riscos, desenvolver modelos de aprovação de crédito, de mensuração das exposições potenciais, de concentração de riscos, bem como avaliar a adequação das provisões para devedores duvidosos da carteira de crédito.

27. Outras Informações

a. Garantias Prestadas

Em 30 de junho de 2018 e 2017, não foram concedidos avais de fianças a terceiros pelo Banco, mediante comissão que está sujeita a encargos financeiros e contra garantias dadas pelos beneficiários.

28. Acordo de colaboração de executivos e ex-executivos e de Leniência da JBS S.A. e J&F Investimentos S.A.

Em junho de 2017, a J&F Investimentos S.A. ("J&F"), atual acionista indireta do Banco Original S.A. e do Banco Original do Agronegócio S.A. (em conjunto com o Banco Original S.A. "Conglomerado Original"), celebrou acordo de leniência com o MPF ("Acordo"), e o Conglomerado Original aderiu formalmente ao Acordo em 4 de outubro de 2017.

Em decorrência dos acontecimentos, a Administração do Conglomerado Original, em cumprimento a seus deveres de diligência, contratou o escritório de advocacia Sampaio Ferraz Sociedade de Advogados que, juntamente com a Grant Thornton Corporate Consultores de Negócios Ltda. ("Assessores"), iniciaram uma investigação interna relacionada aos fatos narrados no Acordo, visando a constatar eventuais repercussões desses fatos no Conglomerado Original.

Entendemos também ser importante destacar que, em 11 de agosto de 2017, como parte das obrigações assumidas no âmbito do Acordo, foi constituído um Comitê de Supervisão Independente ("Comitê") para, entre outras atribuições, supervisionar a realização de investigação interna. Esse Comitê ratificou a contratação dos Assessores e passou a supervisionar, de forma independente, os trabalhos investigativos para verificar a observância das melhores práticas profissionais.

A investigação foi formalmente encerrada em 27 de fevereiro de 2018. Os Assessores concluíram a investigação e não foram identificadas, evidências de que a Administração atual do Conglomerado Original ou seus atuais empregados que foram objeto de investigação realizaram qualquer prática ilícita vinculada a atividades de corrupção. As demais investigações realizadas em empresas sob controle da J&F, por força do Acordo, estão em curso e não foram concluídas. A conclusão dessas investigações poderá tratar de fatos pertinentes a qualquer das sociedades nas quais a J&F detém participação direta ou indireta